ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, 9 DE AGOSTO DE 2021.

Ata da 23ª audiência pública da primeira sessão legislativa da décima quinta legislatura da Câmara Municipal de Rio Branco – estado do Acre: Discussão dos anseios da Comunidade Surda no Município de Rio Branco.

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, sob a presidência do **vereador Adailton Cruz**, secretariado pelo **vereador Arnaldo Barros, autor do requerimento**, foi declarada aberta a audiência pública. Estiveram ainda presentes o **vereador N. Lima e a vereadora Lene Petecão;** também prestigiaram o evento os (as) senhores (as): **Dr. José Lucivan Lima de Néri – Promotor do Ministério Público do Acre; Adriano Pinto de Araújo – Pres. Da Associação dos Surdos do Acre; Maria do Carmo Moreira – Professora de Libras e os intérpretes, os (as) senhores (as): Onélia Abreu da Rocha, Thaís da Silva Medeiros e Fernando Silva de Oliveira.** O **presidente** da audiência cumprimentou os presentes, explicou o rito da audiência e contextualizou os motivos desencadeantes para realização da presente agenda, visando à discussão de políticas em prol da comunidade surda em Rio Branco. A seguir, os convidados teceram suas considerações iniciais, agradeceram pela oportunidade e introduziram o assunto a ser debatido em audiência. **Onélia Abreu** saiu em defesa dos intérpretes de libras; reivindicou valorização dos profissionais, expôs as dificuldades enfrentadas pelos surdos e cobrou o fomento de políticas públicas em prol da comunidade. **Fernando Silva** corroborou a o discurso que o antecedeu; tratou da temática surda; evidenciou a ausência de suporte de tradução nos portais oficiais da prefeitura; tratou da temática à luz do contexto educacional e se colocou à disposição da pauta em discussão. **Thaís da Silva** reivindicou prioridade no atendimento na área da Saúde municipal aos surdos e, também cobrou valorização profissional da categoria dos intérpretes. **Vereadora Lene Petecão** defendeu aplicabilidade do rigor da fiscalização do Ministério Público ao cumprimento das Leis em favor dos surdos e dos profissionais de interpretação. Sugeriu audiência com o prefeito e o secretariado da Saúde e Educação do Município visando o avanço de propostas trazidas em discussão voltadas ao fomento das políticas de inclusão nas referidas pastas, e, por fim, se colocou à disposição da temática. **Vereador Arnaldo Barros** denunciou o não cumprimento da Legislação vigente de amparo à comunidade surda no âmbito municipal, a exemplo da falta de

assistência nos órgãos prestadores de serviços essenciais e garantidos em lei: Lei n.°1.954/2012. **José Lucivan Néri de Lima** agradeceu pela oportunidade e se colocou à disposição da pauta debatida. Foi seguido pela senhora Onélia Abreu, pelo senhor Fernando Oliveira e por Taís da Silva Medeiros. Em questão de ordem, **vereadora Lene Petecão** sugeriu realização de Tribuna Popular em Plenário, com a presença do senhor Adriano Pinto, presidente da Associação dos Surdos, visando melhor apresentação da temática, vista a ocorrência de problemas técnicos na exibição da imagem do convidado na Plataforma de mídia utilizada na transmissão da audiência. A seguir, a reunião encaminhou para o encerramento. Na sequência, o **proponente** da audiência, os parlamentares, autoridades e demais convidados presentes teceram suas considerações finais. Agradecimentos e notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, a audiência foi **encerrada**, às 10h40 e, para constar, foi lavrada a presente ata, que após ser lida e aprovada, foi assinada pelo presidente e pelo secretário:

ADAILTON CRUZ
Presidente

ARNALDO BARROS
Secretário